

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA GERAL PARA PERITO CONTÁBIL

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O examinando receberá do fiscal o seguinte material:

a) este Caderno, com os enunciados das 25 (vinte e cinco) questões objetivas e das 2 (duas) questões dissertativas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

QUESTÕES OBJETIVAS		QUESTÕES DISSERTATIVAS	
Questões	Pontos por questão	Questões	Pontos por questão
1 a 25	2,0 cada	26 e 27	25,0 cada
Total: 50,0 pontos		Total: 50,0 pontos	
TOTAL: 100,0 pontos			

b) um **Caderno de Respostas** para o desenvolvimento das questões dissertativas, grameado ao **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às marcações das respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

Obs.: O material desenvolvido nas folhas de rascunhos não será levado em consideração para a correção das provas.

02 - O examinando deve verificar se este material contém todas as folhas, se está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o examinando deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, à **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, à **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura ótica do **CARTÃO-RESPOSTA** é sensível a marcas escuras, portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - O examinando deve ter muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao examinando, já estiver danificado.

06 - Imediatamente após a autorização para o início das provas, o examinando deve conferir se este **CADERNO DE QUESTÕES** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

07 - As questões objetivas e as questões dissertativas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), só uma respondendo adequadamente ao quesito proposto. O examinando só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

09 - **SERÁ ELIMINADO** deste Exame de Qualificação Técnica o examinando que:

a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro examinando;

b) portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios de qualquer natureza, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;

c) se ausentar da sala em que se realizam as provas, durante a realização das mesmas, levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **Caderno de Respostas das Questões Dissertativas** grameado ao **CARTÃO-RESPOSTA**;

d) se recusar a entregar o **Caderno de Respostas das Questões Dissertativas** grameado ao **CARTÃO-RESPOSTA**, quando terminar o tempo estabelecido;

e) não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs.: Será permitida a saída definitiva do examinando da sala de provas somente após **2 (duas) horas** do seu início, sendo também liberada a entrega do **CADERNO DE QUESTÕES** no momento de sua saída.

10 - O examinando deve reservar os **30 (trinta) minutos** finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

11 - O examinando deve, ao terminar as provas, entregar ao fiscal o **Caderno de Respostas das Questões Dissertativas** grameado ao **CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINAR** a **LISTA DE PRESENÇA**.

12 - O **TEMPO DISPONÍVEL PARA ESSAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISSERTATIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**, já incluído o tempo para a marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA**.

13 - As questões e os gabaritos das provas objetivas serão divulgados, no primeiro dia útil seguinte ao da realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

RASCUNHO

QUESTÕES OBJETIVAS

1

Ao tratar da definição de Patrimônio Líquido (PL), a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Financeiro indica referir-se à participação residual nos ativos da entidade.

Como consequência dessa definição, ao aplicar o conceito, um profissional contábil deve considerar que as(os)

- (A) restrições sobre a distribuição aos titulares de direitos sobre o patrimônio líquido são limitadas a entidades governamentais.
- (B) direitos sobre o PL representam reivindicações contra a entidade que não atendem à definição de passivo.
- (C) direitos de titulares sobre o patrimônio líquido não podem ser diferenciados pela classe do instrumento patrimonial.
- (D) direitos sobre o PL de uma entidade precisam de previsão legal para serem exercidos.
- (E) componentes do patrimônio líquido não podem ser afetados por requisitos regulatórios.

2

No mês de dezembro de um dado exercício financeiro, a Cia. Beta registrou as seguintes operações:

- I) Venda de mercadorias no valor de R\$ 74.000,00, com prazo de 12 meses, com juros de 11% ao ano.
- II) Venda de mercadorias no valor de R\$ 46.000,00, com prazo de 6 meses, com juros de 6,5% ao ano.
- III) Venda de equipamentos registrados no Ativo Imobilizado, por R\$ 55.000,00, com garantia real do próprio ativo, com vencimento no prazo de 18 meses, com taxa de juros de 5,5% ao ano embutida na operação.

Adicionalmente, no referido exercício, a taxa média definida pela tesouraria da entidade para determinação das condições e preços em operações a prazo foi de 7%, e o custo médio ponderado de capital foi de 8,75%.

Considerando as disposições da NBC TG 12 e que tais operações são relevantes na estrutura da Cia. Beta, nos procedimentos de cálculo do ajuste a valor presente, a entidade deve

- (A) analisar cada transação em si na data em que ocorreu, para determinar a taxa de desconto adequada.
- (B) ajustar a taxa explícita de cada transação ao custo médio ponderado de capital apurado no exercício.
- (C) adotar a taxa média definida pela tesouraria da entidade, para determinação das condições e preços em operações a prazo.
- (D) apurar a média entre a taxa de cada transação e a taxa definida pela tesouraria da entidade, para determinação das condições e preços em operações a prazo.
- (E) considerar o valor justo dos ativos financeiros na data do fechamento do balanço, para determinar a taxa de desconto adequada.

3

As combinações no setor público consistem na união de operações separadas em uma entidade do setor público, envolvendo ativos e passivos. Uma combinação deve ser tratada como uma fusão se nenhuma das partes da combinação obtiver o controle de uma ou mais operações como resultado da combinação. Para definir se a combinação deve seguir as regras de uma fusão ou de uma aquisição, há que se considerar evidências proporcionadas por indicadores. Acerca desses indicadores, analise os itens a seguir:

- I – a combinação é imposta por terceiro sem que qualquer das partes da combinação seja envolvida no processo de tomada de decisão;
- II – a contraprestação não é paga porque não há ninguém (indivíduo ou entidade) com direito aos ativos líquidos da entidade transferida;
- III – a contraprestação transferida pela adquirente inclui qualquer ativo ou passivo resultante de acordo de contraprestação contingente.

É(São) indicador(es) que pode(m) fornecer evidências de que a combinação deve ser tratada como uma fusão **APENAS** o(s) presente(s) em:

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) I e II
- (E) II e III

4

Uma entidade que opera no Brasil e tem o real como moeda funcional realiza, ao longo do seu ciclo operacional, algumas transações com fornecedores e prestadores de serviços em moeda estrangeira. Em 01/10/20x1, a entidade realizou um adiantamento a um fornecedor no valor de US\$ 10.000,00, relativo a mercadorias que seriam entregues em 15/01/20x2.

Considere, ainda, as seguintes taxas de câmbio para conversão de dólar para real:

Data/período	Taxa de câmbio - R\$ / US\$
01/01/20x1	R\$ 5,10
01/10/20x1	R\$ 5,50
Média outubro/20x1	R\$ 5,55
31/12/20x1	R\$ 5,60
Média anual 20x1	R\$ 5,35
15/01/20x2	R\$ 5,75

No Balanço Patrimonial da referida entidade relativo ao período encerrado em 31/12/20x1, essa transação deverá ser apresentada pelo valor de

- (A) R\$ 54.500
- (B) R\$ 55.000
- (C) R\$ 55.500
- (D) R\$ 56.000
- (E) R\$ 57.500

5

As demonstrações contábeis de uma entidade devem conter informações sobre identificação de relacionamentos e transações com partes relacionadas realizadas durante o exercício financeiro, nos termos da NBC TG 05 (R3).

Prestação ou recebimento de serviços é um exemplo de transação que deve ser divulgada, se feita com parte relacionada, mas que não se aplica ao caso de relacionamento entre a entidade que reporta e

- (A) uma entidade que seja coligada.
- (B) uma pessoa que tem o controle compartilhado da referida entidade.
- (C) uma pessoa que tem influência significativa sobre a referida entidade.
- (D) um cliente com o qual a entidade mantém volume significativo de negócios.
- (E) outra entidade sob o controle conjunto (*joint ventures*) de uma terceira entidade.

6

O sindicato de uma categoria profissional relevante para uma entidade apresentou alguns questionamentos acerca das informações apresentadas na Demonstração do Valor Adicionado (DVA) da entidade ao final de um dado exercício. Foi questionado que gastos como assistência médica, alimentação e transporte de empregados deveriam ser detalhados como Insumos, que detalham o custo das mercadorias e serviços vendidos.

Porém, tais gastos

- (A) são componentes da distribuição da riqueza criada.
- (B) são detalhados como remuneração de capitais próprios.
- (C) são deduzidos do valor adicionado recebido em transferência.
- (D) estão contemplados no valor adicionado líquido produzido pela entidade.
- (E) não são incluídos na estrutura da DVA.

7

Na aquisição, produção ou construção de ativos, é frequente que entidades recorram à contratação de empréstimos, cujo tratamento dos custos é definido pela NBC TG 20 (R2).

Segundo a norma, os custos incorridos na obtenção de empréstimos podem ser atribuídos ao custo de um ativo, se este for qualificável, como pode ser o caso de

- (A) ativos biológicos.
- (B) ativos financeiros.
- (C) ativos classificados como propriedade para investimento.
- (D) estoques produzidos em larga escala e em bases repetitivas.
- (E) estoques prontos para uso ou venda quando adquiridos.

8

Tem sido cada vez mais frequente a realização de transações com pagamento baseado em ações por entidades de capital aberto. Tais transações impactam as demonstrações contábeis das entidades e devem ser tratadas conforme as disposições da NBC TG 10 (R3). Em muitos casos, no processo de reconhecimento de transações com pagamento baseado em ações, é necessário estimar o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados.

Quando se trata de outorga de opções de ações a empregados, uma referência para a estimativa deve se basear na(o)

- (A) aplicação do valor histórico médio de opções anteriormente outorgadas.
- (B) aplicação de modelo de precificação de opções.
- (C) preço de mercado das ações ordinárias mantidas pela entidade.
- (D) preço médio das ações da entidade em circulação no mercado.
- (E) preço médio das opções negociadas no mercado pela entidade.

9

O método da equivalência patrimonial (MEP), como regra geral, é requerido, quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), nos termos da NBC TG 18 (R3).

Ao aplicar esse método, um profissional contábil deve considerar que

- (A) a redução no valor do investimento decorrente de prejuízo apurado pela investida pode ser diferida em até dois exercícios financeiros.
- (B) os ajustes no valor contábil do investimento, a exemplo de diferenças de conversão em moeda estrangeira, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido do investidor.
- (C) as distribuições recebidas da investida não afetam o valor contábil do investimento, uma vez que são reconhecidas no resultado do período pelo investidor.
- (D) no reconhecimento inicial, um investimento passível de ser contabilizado pelo MEP deve ser avaliado pelo seu valor justo.
- (E) os outros resultados abrangentes apurados por uma investida não afetam investimentos avaliados pelo MEP.

RASCUNHO

10

Apesar de as demonstrações contábeis se referirem a um período determinado ou terem uma data de referência para refletir o desempenho e a posição patrimonial, por força das disposições da NBC TG 24 (R2), o conjunto das demonstrações contábeis pode ser impactado por eventos subsequentes. Esse tipo de evento pode ter natureza favorável ou desfavorável e ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a sua emissão.

No caso de demonstrações contábeis autorizadas em 28/03/2022, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2021, um evento que, se ocorrido nesse intervalo, deve ensejar ajustes nas demonstrações contábeis é o(a)

- (A) início da implementação de reestruturação importante.
- (B) declínio do valor justo de investimentos.
- (C) destruição por incêndio de instalação de produção importante.
- (D) falência de cliente com valores relevantes a receber.
- (E) alienação de uma subsidiária importante.

11

A Zeta S.A. é fabricante de aparelhos de telefone celular e adotou a política de conceder garantia aos produtos vendidos pelo prazo de dois anos, a contar da data da venda. Os termos da garantia cobrem defeitos decorrentes da fabricação e podem gerar conserto ou substituição, conforme a extensão do problema detectado no prazo coberto pela garantia. A partir das ocorrências registradas em anos anteriores, a Zeta S.A. estima que, a cada ano, 2,5% dos aparelhos vendidos serão substituídos, e 4% passarão por reparos em decorrência do período de garantia concedido pela empresa. Em um determinado ano, a Zeta S.A. vendeu 10.000 aparelhos e faturou R\$ 7 milhões.

Considerando-se essas informações e as disposições da NBC TG 25 (R2), como a Zeta S.A. deverá tratar nas demonstrações contábeis a questão da concessão de garantia aos produtos vendidos?

- (A) Aperfeiçoar os procedimentos de controle de qualidade dos aparelhos fabricados para reduzir os gastos com a cobertura de garantias.
- (B) Divulgar os termos da concessão de garantias em notas explicativas, junto a uma avaliação de risco de ocorrência, se julgar relevante.
- (C) Evidenciar um passivo contingente no valor de R\$ 455.000,00 para cobrir os custos estimados com as garantias.
- (D) Reconhecer os gastos com garantias somente à medida que for acionada pelos clientes e conforme a extensão dos defeitos apresentados pelos aparelhos.
- (E) Reconhecer uma provisão pela melhor estimativa dos custos para cobrir a garantia concedida aos produtos vendidos.

12

A Gama S.A. é uma empresa que atua no ramo de metalurgia e siderurgia e opera com equipamentos pesados. Um dos equipamentos usados nas operações foi adquirido em 01/07/20x1 pelo valor de R\$ 720.000,00. A entidade estimou uma vida útil de 12 anos e um valor residual de R\$ 36.000,00. Quando completou 8 anos de uso, após análise de relatórios internos de operação, a Gama S.A. contratou uma empresa especializada para revisar a vida útil do equipamento. O relatório de avaliação indicou que o equipamento tinha uma vida útil de 5 anos a partir daquela data. Conseqüentemente, a estimativa do valor residual também foi aumentada em R\$ 4.000,00.

Considerando essas informações e as disposições NBC TG 23 (R2), a Gama S.A. deverá

- (A) ajustar o cálculo da depreciação, a partir da nova vida útil e manter o valor residual original estimado.
- (B) ajustar o valor da nova depreciação anual de R\$ 37.600,00 até o período mais antigo apresentado, para refletir a nova política contábil.
- (C) apurar o valor em uso ou o valor líquido de venda, para testar a recuperabilidade do valor contábil do equipamento.
- (D) manter os valores originais relativos ao equipamento, para não configurar reavaliação de ativos, que não é legalmente permitida.
- (E) tratar o valor da nova depreciação anual de R\$ 44.800,00 de forma prospectiva, por se tratar de uma mudança de estimativa contábil.

13

A Cia. Sigma é uma empresa de capital aberto que opera no mercado brasileiro e há cinco anos adotou como política um plano de participação dos seus empregados nos resultados auferidos ao longo do exercício. De acordo com os termos do plano, se não houver desligamentos, e todos os empregados trabalharem durante todo o exercício financeiro, a Cia. Sigma distribuirá 5,5% dos lucros a título de participação. Considerando a taxa de rotatividade de pessoal registrada pela Cia. nos últimos anos, foi estimado que os desligamentos ao longo do exercício reduzirão o percentual de participação dos empregados para 4,5% do resultado líquido.

Nesse cenário e à luz das disposições da NBC TG 33 (R2), a Cia. Sigma deve

- (A) divulgar somente em nota explicativa os termos do plano de participação nos lucros.
- (B) evidenciar um passivo contingente pela média da estimativa do lucro a ser distribuído.
- (C) programar os pagamentos da participação nos lucros conforme os resultados trimestrais.
- (D) reconhecer um passivo e uma despesa correspondente a 4,5% do lucro líquido.
- (E) registrar uma provisão equivalente a 5,5% do lucro líquido.

14

Considere as informações a seguir que se referem ao Balanço Patrimonial e à Demonstração do Resultado do Exercício da Cia. Alfa.

Cia. Alfa

Balanço Patrimonial em 31/12/20x1

ATIVO	20x1	20x0	PASSIVO e PL	20x1	20x0
Ativo Circulante	R\$ 35.000,00	R\$ 117.500,00	Passivo Circulante	R\$ 15.000,00	R\$ 72.500,00
Caixa e equivalentes	R\$ 10.000,00	R\$ 2.500,00	Fornecedores de mercadorias	R\$ 5.000,00	R\$ 30.000,00
Contas a receber	R\$ 5.000,00	R\$ 40.000,00	Fornecedores de equipamentos	–	R\$ 7.500,00
Estoque de mercadorias	R\$ 20.000,00	R\$ 75.000,00	Salários a pagar	R\$ 10.000,00	R\$ 20.000,00
			Dividendos a pagar	–	R\$ 15.000,00
Ativo Não Circulante	R\$ 70.000,00	R\$ 50.000,00			
Equipamentos	R\$ 100.000,00	R\$ 70.000,00	Patrimônio Líquido (PL)	R\$ 90.000,00	R\$ 95.000,00
(-) Depreciação acumulada	–R\$ 30.000,00	–R\$ 20.000,00	Capital social	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
			Reserva de lucros	R\$ 10.000,00	R\$ 15.000,00
Total do Ativo	R\$ 105.000,00	R\$ 167.500,00	Total do Passivo + PL	R\$ 105.000,00	R\$ 167.500,00

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao exercício de 20x1

Receitas de vendas	R\$ 300.000,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 240.000,00
Lucro Bruto	R\$ 60.000,00
Despesas com salários	R\$ 40.000,00
Despesas com depreciação	R\$ 10.000,00
Resultado Operacional	R\$ 10.000,00
IR/ Contribuição Social	– R\$ 15.000,00
Prejuízo Líquido do Exercício	– R\$ 5.000,00

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais da Cia. Alfa, ao final do exercício de 20x1, foi de:

- (A) R\$ 37.500,00
- (B) R\$ 45.000,00
- (C) R\$ 60.000,00
- (D) R\$ 75.000,00
- (E) R\$ 130.000,00

15

A Ômega S.A. é uma empresa de capital aberto que opera no mercado brasileiro. Em 01/01/20x3, a Ômega S.A. tinha 10.000 ações ordinárias em circulação, com valor nominal de R\$ 7,00. Ao longo do referido exercício financeiro, a Ômega S.A. realizou as seguintes operações envolvendo instrumentos patrimoniais:

Data	Operação
01/04/20x3	Emissão de 2.000 novas ações ordinárias
30/06/20x3	Emissão de 1.500 novas ações ordinárias
31/08/20x3	Recompra de 420 ações para tesouraria
01/11/20x3	Recompra de 540 ações para tesouraria

A partir dessas informações e das disposições da NBC TG 41 (R2), o número médio ponderado de ações em circulação que servirá de base para o cálculo do lucro médio por ação da Ômega S.A., no exercício financeiro de 20x3, é

- (A) 2.020
- (B) 3.500
- (C) 12.020
- (D) 12.540
- (E) 13.500

16

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou disposições normativas para aplicação às demonstrações contábeis para fins gerais de empresas de pequeno e médio porte (PMEs), que em geral não são requeridas a fazer prestação pública de suas contas. As disposições aplicadas às PMEs têm requisitos mais simplificados em relação às normas completas, porém com uma base comum.

Considera-se como elemento comum:

- (A) como regra geral, propriedades para investimento devem ser mensuradas e reconhecidos ao valor justo.
- (B) custos de empréstimos devem ser reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos, sem possibilidade de capitalização.
- (C) quando incorridos, todos os gastos com pesquisa e desenvolvimento devem ser tratados como despesa.
- (D) os ativos intangíveis devem ter vida útil definida, sujeitos a reconhecimento sistemático da amortização.
- (E) transações devem ser contabilizadas de acordo com sua essência e não meramente sob sua forma legal.

17

Um dos principais desafios do tratamento contábil dos ativos intangíveis por parte de uma entidade consiste no reconhecimento de ativos gerados internamente. Esses casos requerem a separação entre as fases de pesquisa e desenvolvimento, para que não se cometam erros de registrar como despesa um item que deve ser ativado e vice-versa.

Um exemplo de atividade típica que, quando incorrida e relacionada a um ativo intangível gerado internamente, deve ter os gastos registrados como despesa do período é o(a)

- (A) projeto, a construção e o teste de protótipos
- (B) projeto de moldes e matrizes que envolvam nova tecnologia
- (C) teste de alternativas definidas para aperfeiçoamento de um sistema
- (D) construção e a operação de fábrica-piloto
- (E) avaliação e a seleção final das aplicações dos resultados de pesquisa

RASCUNHO

RASCUNHO



18

Quando uma entidade se depara com a necessidade de realizar um teste de Redução ao Valor Recuperável para um ativo ou unidade geradora de caixa, um desafio que surge é a apuração dos parâmetros para o teste, a exemplo do valor em uso.

Ao apurar esse valor, um elemento a ser considerado por um profissional de contabilidade é que as projeções de fluxo de caixa

- (A) até o fim da vida útil de um ativo devem ser estimadas a partir de uma taxa de crescimento progressivo, alinhada aos múltiplos cenários em que a entidade opera.
- (B) atuais são baseadas em premissas que devem ser independentes dos resultados observados no passado.
- (C) baseadas nos orçamentos financeiros mais recentes, aprovados pela administração, devem abranger, como regra geral, o período máximo de cinco anos.
- (D) devem ser baseadas em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, sobretudo a partir de evidências internas.
- (E) devem ser baseadas nos orçamentos financeiros mais recentes, incluindo fluxo de caixa decorrente de reestruturações futuras que aprimorem o desempenho do ativo.

19

Observe a descrição a seguir:

Trata-se de empresa, sociedade, negócio, associação, consórcio, *joint-venture*, instituto, fundação ou instituição de qualquer natureza, pública ou privada, com ou sem personalidade jurídica, independentemente de ter, ou não, fins lucrativos.

O universo acima descrito, refere-se, nos termos do Conselho Federal de Contabilidade, a um(a)

- (A) grupo societário
- (B) ente despersonalizado
- (C) entidade
- (D) cooperativa
- (E) sociedade empresária

20

O registro profissional dos contadores é essencial para o exercício da profissão, devendo ser obtido no CRC, com jurisdição no local onde o contador tenha seu domicílio profissional.

Entende-se por domicílio profissional o local onde o contador ou técnico em Contabilidade

- (A) assume e cumpre suas obrigações.
- (B) exerce ou dirige a totalidade ou a parte principal de suas atividades profissionais.
- (C) mantém a sede de suas atividades enquanto sócio ou colaborador de escritório contábil.
- (D) cumpre com a maior parte de suas obrigações contábeis.
- (E) mantém sua residência, nela podendo exercer sua profissão.

21

Um perito, inadimplente com relação às duas últimas anuidades cobradas pelo órgão de classe em que está inscrito, é notificado pelo Conselho de Fiscalização Profissional que está impedido de exercer suas atividades laborais até que o débito seja quitado. O órgão fundamenta a medida com base na previsão estatutária que dispõe sobre a suspensão do profissional que estiver inadimplente com a entidade.

À luz da Constituição, a medida adotada pela instituição é

- (A) constitucional, pois observa o direito à livre associação.
- (B) constitucional, pois observa o princípio da razoabilidade.
- (C) constitucional, pois está amparada pelo princípio da legalidade.
- (D) inconstitucional, pois constitui sanção política de natureza tributária.
- (E) inconstitucional, pois o livre exercício profissional se sobrepõe às qualificações profissionais que a lei estabelecer.

22

Em determinado processo judicial, uma empresa de consultores, controladores e contadores, que **NÃO** era parte da ação proposta, foi intimada pelo juiz para apresentar documentos e papéis utilizados quando da realização de um trabalho de auditoria na empresa ré do processo em questão. O pedido para apresentação desses documentos partiu do perito judicial, que afirmou deles necessitar para fazer seu laudo, sendo certo que, por inexistir lei específica obrigando a exibição da documentação, o perito recorreu ao juiz do processo.

Nesse caso, a empresa

- (A) tem de apresentar os documentos requeridos pelo juiz, porque todos têm o dever de colaborar com a Justiça.
- (B) teria a obrigação de apresentar apenas os documentos requeridos pelo juiz, caso fosse parte no processo.
- (C) não tem o dever de apresentar documentos ou papéis, já que estes não são de sua titularidade.
- (D) não é obrigada a apresentar a documentação, pois deve resguardar o sigilo profissional, que é princípio de ordem pública.
- (E) não precisa apresentar os documentos requeridos, uma vez que o perito do Juízo poderá requerê-los junto à empresa que é parte na ação.

RASCUNHO

23

As Normas Brasileiras de Contabilidade, sejam elas profissionais ou técnicas, estabelecem preceitos de conduta profissional e padrões e procedimentos técnicos necessários para o adequado exercício profissional. Para atingirem seus objetivos, elas são estruturadas de forma distinta.

As Normas Brasileiras de Contabilidade caracterizam-se por

- (A) apresentarem quatro estruturas, que envolvem normas gerais, normas aplicadas aos auditores independentes, aos auditores internos e aos peritos contábeis.
- (B) estarem alinhadas às normas internacionais e às Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas para atender às necessidades locais, sem equivalentes internacionais.
- (C) serem aplicáveis ao Setor Público em geral, associando-se às Normas Internacionais de Contabilidade, estabelecendo preceitos de conduta profissional.
- (D) serem aplicadas à Auditoria, alinhadas às Normas Internacionais de Auditoria Independente, emitidas pela IFAC.
- (E) compreenderem as normas editadas pelo CFC a partir dos documentos emitidos pelo CPC, que estão alinhadas às normas do IASB, numeradas de 00 a 999.

24

A linguagem adotada pelo perito deve ser clara, concisa, evitando o prolixo e a tergiversação, possibilitando aos julgadores e às partes o devido conhecimento da prova técnica e a interpretação dos resultados obtidos, segundo o item 40 da NBC TP 01 (R1). Depreende-se, portanto, que, para o perito contábil, o domínio da linguagem é fundamental.

Nesse contexto da linguagem, no que se refere à terminologia pericial, a citada norma apresenta a seguinte definição técnico-conceitual:

“faculdade que tem o perito de distinguir como proceder em torno dos fatos alegados para decidir as diretrizes e os procedimentos que deve seguir na elaboração do trabalho pericial”

Esses termos da norma referem-se ao entendimento técnico-conceitual pericial de

- (A) Critério
- (B) Método
- (C) Apêndice
- (D) Conclusão
- (E) Esclarecimento

25

A comercial Nov S/A de capital aberto, atuando em compra e venda de mercadorias em geral, quando da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) / 2021, solicitou a consultoria de um perito contábil, para o devido aconselhamento para a elaboração dessa mesma DVA, submetendo à sua análise as seguintes informações:

	(Em reais)
Custo das mercadorias vendidas no período	2.230.000,00
Dividendos recebidos de investimentos avaliados ao custo	130.000,00
ICMS sobre as mercadorias vendidas no período	850.000,00
Resultado positivo da equivalência patrimonial	270.000,00
Venda de mercadorias, no período (incluindo ICMS)	5.000.000,00

Considerando-se exclusivamente as informações recebidas e as determinações técnico-conceituais da NBC TG 09, aprovada pela Resolução CFC nº 1.138/2008, o valor adicionado líquido produzido pela Nov S/A, em 2021, em reais, é

- (A) 1.920.000,00
- (B) 2.320.000,00
- (C) 2.770.000,00
- (D) 2.900.000,00
- (E) 5.400.000,00

RASCUNHO



QUESTÕES DISSERTATIVAS

Questão nº 26

Um Contador, regularmente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, no Cadastro Nacional dos Peritos Contábeis e no Cadastro de Perito no Tribunal de Justiça, de acordo com a legislação em vigor, devidamente habilitado por Certidão de Regularidade Profissional, emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, foi nomeado para uma perícia judicial.

Recebida a intimação da nomeação, o Perito, no prazo legal estabelecido pela legislação pertinente, ao consultar o processo, para tomar ciência da lide, fazer o planejamento do trabalho e pedir honorários, comprovou que o autor do processo é devedor em mora de uma das irmãs da mãe do próprio Perito.

Nesse contexto e, exclusivamente, sob o enfoque das Normas Brasileiras de Contabilidade, mais especificamente a NBC PP 01 (R1), elabore um texto, entre 15 e 30 linhas, atendendo aos seguintes aspectos:

- apresente a decisão que o Perito deve tomar com respeito à questão do parentesco, justificando tal decisão à luz da Norma mencionada;
- descreva o procedimento legal que o Perito deve cumprir para fundamentar essa decisão, elencando as etapas a serem satisfeitas nesse procedimento.

(Valor: 25,0 pontos)

RASCUNHO

(Continua)

(Continuação da questão nº 26)

RASCUNHO



Questão nº 27

A Cia. Delta é uma empresa de capital aberto que opera no mercado brasileiro. A Cia. Delta é proprietária de um edifício de 10 andares, do qual seis andares são ocupados pela companhia para fins comerciais e administrativos (sede), e os outros quatro andares são alugados a terceiros e geram renda para a companhia. No último trimestre de 20x0, por questões estratégicas, a companhia decidiu transferir a sua sede para outro local e disponibilizar para aluguel todos os espaços do edifício. Em 02/01/20x1, após oito anos de ocupação, o valor contábil líquido do edifício era de R\$ 12.000.000,00. Para essa transferência, a Cia. Delta apurou que o valor justo do edifício nessa mesma data era de R\$ 10.000.000,00, e o valor em uso foi estimado em R\$ 11.200.000,00.

Considerando-se as informações apresentadas acima, as disposições da NBC TG 28 (R4) e que a Cia. Delta concretizou seus planos de desocupar o imóvel e disponibilizá-lo para locação em 03/01/20x1, produza um texto de 15 a 30 linhas descrevendo:

- os métodos para mensuração após reconhecimento inicial de uma propriedade para investimento;
- os ajustes a serem feitos nos registros contábeis antes da transferência do edifício de ativo imobilizado para propriedade para investimento;
- os procedimentos contábeis de transferência do edifício de ativo imobilizado para propriedade para investimento avaliada ao valor justo;
- os procedimentos contábeis de transferência do edifício de ativo imobilizado para propriedade para investimento avaliada ao custo.

(Valor total: 25,0 pontos)

Blank area for the answer, containing horizontal lines and a large diagonal watermark reading "RASCUNHO".

(Continua)

(Continuação da questão nº 27)

RASCUNHO